

DEMOCRACIA VERSUS DITADURA: NA RELAÇÃO DE PODER, A(S) RESISTÊNCIA(S)

Verônica Braga Birello¹
Roselene de Fátima Coito²

Resumo: Nesse trabalho, buscamos observar as relações de poder. Mais especificamente, objetivamos observar e analisar como os micropoderes são exercidos e como podem ou não funcionar como uma resistência à vontade de verdade de uma época. Nosso material constitui-se de uma declaração do tenente do Exército José Conegundes do Nascimento proferida de setembro de 2014, e da capa de um número do jornal O Pasquim. Propomos um movimento teórico-analítico tendo como base os estudos do filósofo Michel Foucault sobre poder e vontade de verdade e o poder e a verdade. Para tanto, procuramos traçar a constituição da relação de força que se instaura no dizer entre discursos proferidos em lugares sociais diferenciados, quais sejam, a declaração do tenente e a capa de O Pasquim. Neste jogo que se institui na relação de poder, problematizamos o que se pode entender como resistência.

Palavras-chave: Ditadura, democracia, relações de poder, resistência(s), verdade.

DEMOCRACY VERSUS DICTATORSHIP: IN THE RELATIONSHIP OF POWER, THE RESISTANCE(IES)

Abstract: In this paper we aim to observe analyze how micropowers are exercised and how they may or may not work as resistance to the will to truth of an era. Our material consists of a statement by Army lieutenant José Conegundes do Nascimento issued in September 2014, and the cover of an issue of O Pasquim magazine. We propose a theoretical-analytical movement based on the studies of philosopher Michel Foucault on power and the will to truth and power and truth. Therefore, we seek to trace the constitution of the relationship of force that is established in saying between speeches made in different social places, namely, the declaration of the lieutenant and the cover of O Pasquim. In this game that is established in the relationship of power, we problematize what can be understood as resistance.

Keywords: Dictatorship, democracy, power relations, resistance(ies), truth.

¹ Doutora em Letras/ Linguística - Linha de pesquisa Texto e Discurso da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: vbbirello2@uem.br.

² Doutorado em Estudos Literários (UNESP), pós-doutorado na École de Hautes Études en Sciences Sociales, sob a supervisão do Prof. Dr. Rogeer Chartier. Professora associada (UEM). E-mail: roselnfc@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história no Brasil se alternou entre regimes autoritaristas e republicanos. Desde a ocupação do território em 1500, o Brasil já foi colônia, império, república, ditadura e novamente república. A república foi proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889, feriado comemorado até os dias atuais. Esse primeiro período foi chamado República Velha, ou República do Café-com-leite, por ser controlada por acordos entre os agricultores de São Paulo (grandes produtores de café) e Minas Gerais (grandes produtores de gado leiteiro e empresários de laticínios). Este sistema vigorou até a década de 30, quando teve início a Era Vargas, um período no qual Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos consecutivos. Em 1930, Julio Prestes fora eleito presidente da república, contudo foi deposto e Vargas assume o poder até 1945, num regime considerado autoritário por determinados vieses da história. Esse último período do governo Vargas é conhecido como Estado Novo. Em 1945, Getúlio sai da presidência, retornando apenas em 1951, eleito pelo voto popular. Seu governo tem fim em 1954 com seu suicídio, deixando a presidência para Café Filho, então vice-presidente. Em 1955, Juscelino Kubitschek ganha as eleições com seu vice João Goulart. Juscelino foi o presidente que implantou um plano de metas, o famoso 50 anos em 5 e que instalou no país as grandes montadoras de carros, indústrias de base, e mudou a capital do Brasil para Brasília. Em 1960, Jânio Quadros assumiu a presidência e renunciou após sete meses. João Goulart, seu vice assumiu o cargo e, posteriormente, foi deposto pelo golpe militar em 1964, golpe este que nos antigos livros de História era chamado de Revolução de 31 de março.

A ditadura militar começou em 31 de março de 1964 e foi até 1988 passando por períodos de repressão extrema até chegar à redemocratização

do país. A ditadura militar foi marcada pela censura, pelo controle, pela repressão, pelo patriotismo extremado, pela alienação de parte da população e pela prisão e desaparecimento de muitos militantes considerados comunistas pelo regime ditatorial, inclusive muitos que militavam por meio da mídia.

Diante do posto, neste trabalho, interessamos principalmente a censura e a opressão da mídia na época da ditadura, situação que se agravou com a instauração do Ato Institucional nº 5 – AI-5. Das diversas medidas que previa o AI-5 chamamos atenção para a liberdade vigiada, a proibição de frequentar alguns lugares, a obrigação de informar o endereço para o governo e ainda por restrições e proibições para o exercício de direitos públicos e privados de acordo com o que o Executivo decidisse, uma vez que este Ato Institucional estava acima da Constituição de 1967.

Sendo assim, temos por objetivo observar e analisar como os micropoderes são exercidos e como podem ou não funcionar como uma resistência à vontade de verdade de uma época em que o autoritarismo regia, controlava, selecionava e sancionava o dizer, por meio de imposições que suplantavam o poder da Constituição vigente no dado momento histórico da sociedade brasileira. Então, propomos um exercício em que teoria e análise vão se dando ao mesmo tempo no funcionamento discursivo do nosso *corpus*. Para tanto, embasamo-nos teoricamente na análise do discurso francesa, mais especificamente, na vertente representada por Michel Foucault.

No seu vasto estudo, entre outras coisas, Michel Foucault discute o poder. Para o autor o poder não é apenas o controle pelos olhos, ouvidos, mas faz agir e falar. O poder espreita, vigia, interdita, pune, mas também incita, suscita, produz. São essas relações de poder que estão dissipadas em todos os âmbitos da sociedade que veremos em funcionamento nos discursos analisados neste

trabalho: a declaração do tenente da reserva José Conegundes do Nascimento em 2014 ao negar seu testemunho para a Comissão da Verdade e a capa do jornal O Pasquim de 1973 ao revelar a censura que sofria por parte da ditadura militar no país.

As relações de poder e as formas de resistência: ditadura x democracia

No começo da trajetória acadêmica de Foucault ele pesquisa, estuda e escreve sobre inúmeros assuntos como literatura, cinema, artes, filosofia, história, o corpo etc. Contudo, com o passar do tempo, em inúmeros de seus escritos, Michel Foucault demonstra sua preocupação em estudar a sociedade e o que somos. Ao voltar seu olhar para sua obra descobre em certo ponto que bem mais que estudar o saber, o conhecimento, ele estuda e discorre sobre o poder e suas relações e como esta é a chave para a organização da sociedade atual. Sendo assim, em meados dos anos 70, com alguns dos textos da coletânea *Ditos e Escritos IV*, ele empreende uma retomada de toda a sua obra apontando as formas como o poder fora abordado e discutido mesmo antes de ser o foco de suas atenções.

Assim, para entender como Foucault trata a questão sobre o poder é preciso entender que para ele o poder é algo que opera por meio do discurso. Para o filósofo francês as relações de poder desestabilizam as verdades. “Por isso, esta vontade de verdade apoiada num suporte institucional exerce sobre os outros discursos um poder de coerção.” (FOUCAULT, 1995, p. 2) Dessa forma, não existe um único discurso verdadeiro, pois é na vontade da verdade que se busca o discurso verdadeiro que impõe poder perante outros. Para Foucault, o discurso é, ao mesmo tempo, o porquê e pelo que lutamos; o poder que desejamos. Diz ele

em *A ordem do Discurso*³ que mais do que o discurso do desejo temos o desejo do discurso.

Outro aspecto focalizado por Foucault é a ligação do poder com a história. Para ele, diferentemente do materialismo histórico, a história não é formada por uma luta de classes e sim por enfrentamentos, confrontos e não necessariamente contradições, já que ele não pensa numa linearidade da história em seus fatos sucessivos e sim numa história seriada em que na dispersão tem sua unidade e esta se dá na regularidade dos enunciados. Dessa forma, as relações de poder não se configuram como os poderes dos Aparelhos Ideológicos de Estado em que há uma luta de poderes que se alternam. Para Foucault o poder não se concentra nos Aparelhos de Estado, mas opera por meio de feixes de relações que são operadas nas relações cotidianas – os micropoderes.

Esses aspectos que dizem respeito ao discurso, a verdade e a história foram considerados por Foucault para pensar o poder, pois que ele entende como verdade aquilo que não existe fora do poder, como algo que é deste mundo, que se produz nele graças às múltiplas coerções e efeitos de poder regulamentados produzidos neste mundo, já que cada sociedade tem o seu regime de verdade, tem os tipos de discurso acolhidos e que faz funcionar como verdadeiros. Outrossim, há momentos históricos que os discursos considerados verdadeiros vêm à tona como discursos que serviram a um propósito político e/ou econômico, sem se importar se os direitos humanos fossem respeitados, portanto, como uma vontade de verdade de uma dada época em uma dada sociedade.

Pensando neste regime de verdade e na história brasileira nos tempos da ditadura, no Brasil foi instituída a Comissão Nacional da Verdade

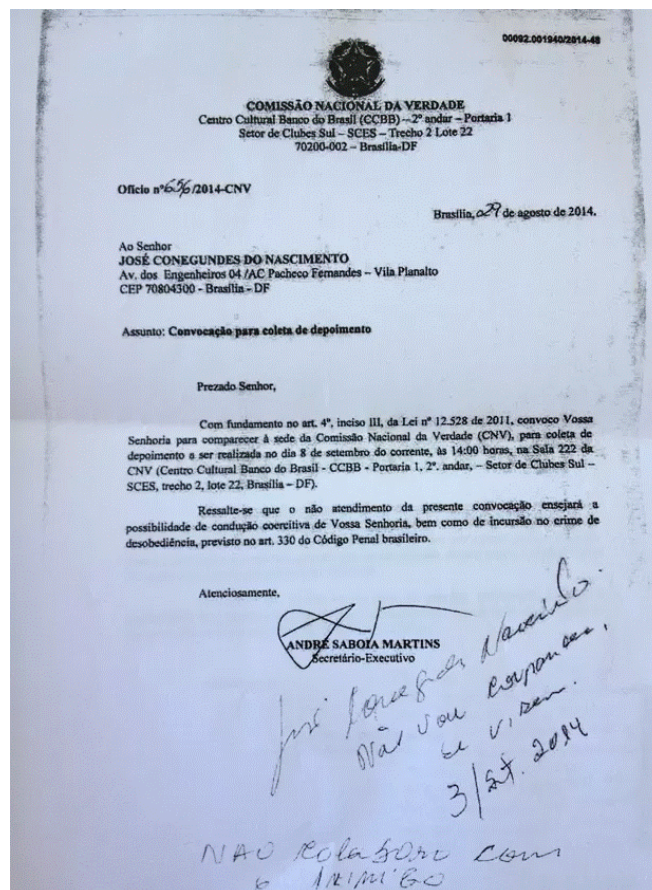
³ Livro que resultou de sua aula inaugural em 1970, no Collège de France.

(CNV) para investigar as violações dos direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Estas violações que aconteceram no Brasil e no exterior foram praticadas por agentes públicos, pessoas a seu serviço com apoio do Estado brasileiro. A comissão em questão foi composta por membros nomeados – consultores, assessores e pesquisadores - pela presidente do Brasil Dilma Rousseff, sob a Lei 12.528/2011, sancionada em 18 de novembro de 2011 e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A comissão ouviu vítimas e testemunhas e convocou agentes da repressão para prestar depoimentos, como do caso que trazemos aqui, apoiados pela repercussão midiática, do ex-tenente do Exército José Conegundes do Nascimento.

É com base nesses e em outros aspectos que analisaremos, primeiramente, a declaração do tenente do Exército José Conegundes do Nascimento proferida em oito de setembro de 2014, ao ser convocado pela Comissão Nacional da Verdade para prestar depoimento, como podemos ver no relato abaixo, conforme Pricilla Mendes (2014), jornalista do site de notícias G1:

O tenente da reserva do Exército José Conegundes do Nascimento, que atuou na repressão à Guerrilha do Araguaia, foi convocado no último dia 29 a prestar depoimento na sede da Comissão da Verdade, em Brasília. Ele, porém, devolveu o ofício em 3 de setembro com um recado escrito de próprio punho: “não vou comparecer. Se virem. Não colabo com o inimigo”.

Vejamos a convocação com a declaração mencionada e divulgada pela página do G1:



(Figura 1 – Convocação Comissão da Verdade. Fonte G1.)

Além desse portal de notícias, vários outros veículos de comunicação relataram este caso e casos de outros militares que também se recusaram a prestar depoimento, tendo em vista que no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre em 10 de dezembro de 2014 à presidente Dilma Rousseff, foram enumerados 377 agentes públicos envolvidos em distintos planos de participação.

Nosso ponto de partida para analisar a declaração do tenente do Exército é a resistência ao poder instituído em época posterior à ditadura de 1964, quando da abertura do país à democracia. Isso se dá, porque a partir do momento em que o tenente Nascimento se nega a cumprir o que estava no ofício que recebeu, ele torna possível evidenciar as relações de poder envolvidas. Poderíamos nomear de resistência ao poder da verdade sobre a ditadura, ou resistência ao poder da democracia sobre a ditadura, ou ainda resistência ao poder jurídico sobre o militar. Independente de como nomearmos, vemos que essa relação do poder só se tornou visível a partir do momento em que houve a resistência, e essa resistência pode existir porque o poder não é algo que vêm de cima para baixo; ele está disperso em todos os níveis da sociedade. Os micropoderes potencializam as resistências e também produzem uma economia política da verdade, no sentido de esta estar também submetida a uma constante incitação econômica e política, além de a verdade ser controlada por estes mesmos “aparelhos”, quer sejam, o econômico e ou o político, já que a verdade para Foucault é um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder, tramando e tecendo uma rede de relações.

Segundo Foucault, a verdade é condicionada, portanto, a verdade se dá em um determinado lugar e em determinada época. Essa verdade faz com que o sujeito pense no que ele pode dizer e o

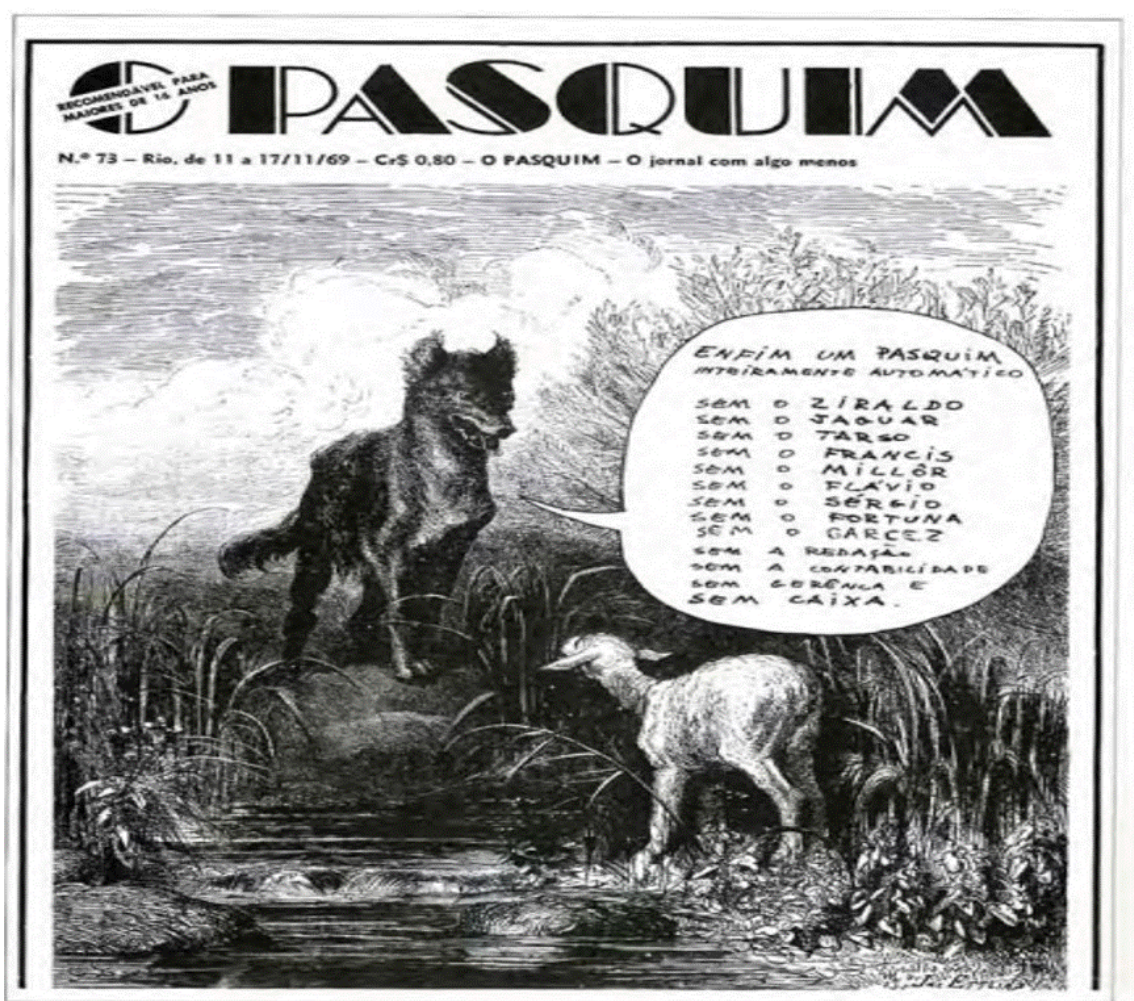
que podem dizer a ele, individualizando o sujeito, categorizando-o e ligando-o a uma identidade (FOUCAULT, 1995). Tendo isso em mente, podemos dizer que tudo isso está funcionando no e pelo discurso do tenente do Exército José Conegundes do Nascimento. O tenente, como um dos militares que atuou na ditadura militar, luta ao lado do governo ditador da época e, por isso, está ligado a esta identidade e reconhece suas obrigações, motivações enquanto tal, e se nega a acatar uma ordem que não tenha vindo, ou ainda, que não venha, do Exército e que não tenha cunho do governo da época, o qual ele fazia parte como cumpridor das ações propostas aos militares naquele e daquele momento histórico do país.

Como podemos ver na convocação da comissão ao ex-tenente, o fato de o mesmo se recusar a prestar depoimento, incorre no crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal brasileiro. Neste sentido, podemos dizer que a lei está funcionando como um instrumento de relação de poder neste momento histórico, já que na época da ditadura passaram por cima da Constituição em nome da força bruta e de interesses escusos, estabelecendo na relação com o poder uma luta com a verdade ou ainda o verdadeiro de uma época.

Foucault pergunta: “Afim, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a forma da relação com o poder, da luta com ou contra ele?” (FOUCAULT, 2006, p. 208). Dessa forma, ainda que estejamos em condições de produção diferentes, ou seja, quem comanda o Estado brasileiro são representantes eleitos pelo povo, mesmo que nos dias de hoje, o governo que aí está instalado tenha vindo de o resultado de um golpe anterior com a deflagração de um impeachment promovido pelo Partido Político de centro-esquerda PSDB, por algumas mídias brasileiras e pela figura do juiz Sérgio Moro com a prisão do então ex-presidente Lula da Silva

e não como os militares de 1964 que chegaram ao poder por meio de um golpe. Mesmo que o poder jurídico seja o que tem legitimidade para julgar, intimidar, convocar, este poder continua não sendo reconhecido pelo tenente reformado que lhe oferece resistência. Mais que isso, o Estado brasileiro é identificado como um inimigo contra o qual deve-se resistir. A evidência dessas relações de poder acontece por meio do discurso, por meio da produção e troca de signos, uma vez que uma força encara a outra e são representadas pelo ofício e pela declaração escrita pelo próprio militar. O poder é exercido por meio da palavra e de seus efeitos – o não comparecimento, o não depoimento à Comissão da Verdade.

Foucault explica que os dispositivos são máquinas de fazer ver e de fazer falar (FOUCAULT, 2006). Nesse caso, faz falar. Percebemos que temos um dispositivo agindo por meio do ofício, isso porque o dispositivo, além de fazer falar, é sempre constituído de dois lugares, a atualidade e a história. O que marca a atualidade é o direito de saber a verdade sobre a ditadura militar, seus regimes, seus crimes, e o que marca a história é a mudança da governabilidade que passa a estar acima dos militares; as ordens se originam em outro lugar, não neles. Pensando nesse dispositivo de dois lugares – atualidade e história – incluímos em nossa discussão uma capa de O Pasquim que materializa os mesmos poderes. Vejamos:



(Figura 2. Capa da edição n° 73 de O Pasquim de 1969. Fonte: Portal do Professor)

A capa da jornal O Pasquim, em sua 73ª edição de novembro de 1969 apresenta os seguintes dizeres: “*Enfim um Pasquim inteiramente automático, sem o Ziraldo, sem o Jaguar, sem o Tarso, sem o Millôr, sem o Flávio, sem o Sérgio, sem o Fortuna, sem o Garcez, sem a redação, sem a contabilidade, sem a gerência e sem caixa.*”. O balão de diálogo indica que quem diz esse enunciado é o lobo que, ao dizer isso, se aproxima e olha o cordeiro de cima para baixo, como se fosse atacá-lo. Um dos efeitos possíveis nesse caso é o de que o lobo, quem está no poder, teve sua vontade prevalecida e que ainda há mais cordeiros a serem pegos. A produção desse sentido pode causar um efeito de ironia, de denúncia, dependendo do ponto de vista do leitor. Já que, nesta fábula, há uma recorrência do poder do mais fraco sobre o mais forte. No entanto, nesta recorrência há um deslocamento se pensarmos na fábula produzida por Millôr Fernandes. Dito de outro modo, na fábula de Millôr Fernandes, o cordeiro não é passivo. Ele propõe ao lobo que argumentem sobre vários fatos e, em determinados momentos, o lobo até se diverte com a astúcia do cordeiro, porém no golpe final, o cordeiro vence o argumento do lobo, mesmo assim, o lobo tenta devorá-lo e neste momento, o caçador mata o lobo. A moral da história é bastante interessante, pois o texto termina assim: “Quando o lobo tem fome não deve se meter em filosofia” (FERNANDES, 2004).

O fato de Millôr ter produzido uma fábula em que o poder do lobo é posto à prova e que o mesmo não consegue atingir o seu intento, já é uma forma de resistir ao poder imposto pelos ditadores e o tom brincalhão da fábula é uma crítica à incapacidade de reflexão e de pensamento dos ditadores. Então esta capa diz muito mais ainda do que a ausência dos idealizadores e colaboradores da revista. Diz também sobre este poder do ditador querer sujeitos automatizados que cumpram ordens, como fora e ainda parece ser o ex-tenente

mencionando na reportagem em sua recusa a depor sobre os crimes da ditadura. Portanto, o passado vindo à tona na história do presente e, ao mesmo tempo, as relações de forças que se estabelecem desde o passado até o presente e se dá como micropoderes do passado e do presente na presentificação da história, tendo em vista que a democracia ensaia o seu acontecimento no país desde o ano de 1988.

Sobre o jornal carioca O Pasquim, Buzalaf (2009, p. 14) explica:

O Pasquim conviveu com três governos militares no período de censura, que alteraram as formas de produção no campo cultural e demonstraram as formas de criação e sobrevivência de uma identidade construída em torno e em nome do semanário carioca. Lançado em 26 de junho de 1969, apenas seis meses após a publicação do Ato Institucional número 5 (AI-5), que acaba de limitar os direitos e liberdades do cidadão brasileiro, o Pasquim nasceu e se fortaleceu durante o endurecimento das formas ditatoriais: na mudança de poder entre a saída do marechal Arthur da Costa e Silva (1967-agosto 1969) e o início da linha dura do general Emílio Garrastazu Medici (outubro 1969-1974).

Dessa forma, além do que foi trazido pela estudiosa Buzalaf (2009) sobre o jornal O Pasquim, é necessário lembrar sobre o AI-5. Este Ato Institucional foi baixado em dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva. O AI-5 é famoso por ser o Ato Institucional mais rígido e o mais duradouro da ditadura militar. A partir de 1968 a imprensa foi censurada de forma drástica, cada vez mais pessoas passaram a ser presas, torturadas e desaparecidas. É também nessa época que surge O Pasquim, jornal que reunia grandes nomes dos principais intelectuais, autores, críticos brasileiros, alguns famosos até hoje como Ziraldo e Millôr Fernandes. Em 1973, quando o nº 73 do jornal foi lançado, a maioria de seu corpo editorial tinha sido ou presa ou impedida de exercer suas funções.

Na capa da Figura 2 podemos observar uma relação de poder estabelecida por meio das imagens: o lobo e o cordeiro, como já destacamos

anteriormente. Essa imagem funciona como um dispositivo de fazer ver. O lobo representa a ditadura enquanto o cordeiro representa *O Pasquim* na figura de seus muitos escritores, os quais eram perseguidos pela ditadura militar.

Nesta capa de jornal de 1973 podemos observar, assim como na declaração do tenente de 2014 os mesmos feixes de relação de poder, a ditadura e a liberdade, o povo que luta pela volta da democracia. O *Pasquim* foi reconhecidamente um canal de resistência ao poder ditatorial. Assim como fizemos anteriormente ao nomear a resistência oferecida pelo tenente José Nascimento, agora podemos pensar em relação à capa trazida pelo jornal. Poderíamos chamar resistência ao poder da verdade sobre a ditadura, ou resistência ao poder da democracia sobre a ditadura, ou ainda resistência ao poder militar por parte da imprensa. Então, pode-se dizer que por mais que os veículos sejam diferentes os micropoderes atuam em ambos os casos, isso porque embora censurado, com membros presos, obrigados a se esconder, sem condições, *O Pasquim* oferece resistência.

Tanto na declaração “*Não colaboro com o inimigo.*” do tenente José Nascimento, quando na capa que traz a imagem do Lobo e do Cordeiro, temos a imagem do “inimigo” e a vontade de não colaborar com ele, não ceder, resistir. Vemos que, mesmo que os discursos sejam produzidos em condições e épocas diferentes, a tentativa de dominação e de resistência se materializa de maneira semelhante, tendo em vista que tanto o saber erudito, no qual se encaixam a fábula e o jornal, quanto o saber mais técnico da convocação e recusa escrita no documento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), mostram que a realidade do saber histórico, é a realidade da luta, que, genealogicamente, marcam o tempo desta mesma luta e dos combates, pois que em seus movimentos

de conceituação genealógica, Foucault traz que a genealogia é “o acoplamento de memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico de lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT,1979, p. 171).

Ainda segundo o filósofo, quando discute a questão dos saberes, “...a genealogia é a tática que a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade...” (FOUCAULT,1979, p.172), pois que os saberes instituídos instauram, nos discursos, a verdade como uma vontade contra os efeitos de poder e do próprio saber, quando o mesmo se dá no discurso científico. Outrossim, o filósofo afirma que “o poder político teria encontrado na economia sua razão de ser histórica” (FOUCAULT, 1979, p. 175), tendo em vista que o mesmo se questiona se a análise do poder ou dos poderes pode ser deduzida da economia e assevera que “a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria de ordem contratual” (FOUCAULT,1979, p. 174).

Como vimos na convocação ao ex-tenente do exército José Conegundes do Nascimento, ao se recusar a reconhecer este poder contratual da lei, quando do artigo 330 se diz que a recusa seria passível de desobediência ao Código Penal brasileiro, o ex-tenente trava uma luta contra este poder instituído. Neste movimento do ex-tenente reinscreve-se uma relação de força permanente, uma guerra silenciosa, pois Foucault nos alerta “Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições” (FOUCAULT ,1979, p.176).

Também podemos dizer que, por meio das condições de produção da capa do jornal carioca percebemos tanto o poder da ditadura quanto o poder dos que lutam contra a ditadura, contra a censura, evidenciados no texto e na capa do jornal,

de acordo com as condições de possibilidade para aquela publicação, com a verdade para aquela e daquela época.

Outro elemento que chama a atenção é a palavra “inimigo”. Perguntamos: por que não “opositores” ou “adversários”? A palavra “inimigo” constrói uma cenografia semelhante a de uma guerra, onde não se tem adversários nem opositores, mas inimigos que devem ser destruídos e que querem destruir. Portanto, “inimigo” produz um efeito de sentido mais forte do que adversário etc., pois não se trata apenas de vencer o outro, mas de eliminação mútua. Na capa de *O Pasquim* não há a palavra inimigo, nem a declaração “não colaboramos com o inimigo”, vinda por parte dos que eram contra o regime, mas o inimigo continua materializado por meio das imagens, por meio, principalmente, da presença do lobo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos discutir como e onde atuam e atuaram os micropoderes nos dias de hoje e no tempo da ditadura. Recuperamos documentos históricos, quer sejam, a capa do jornal *O Pasquim*, produzido na época da ditadura, e a convocação do ex-tenente José Conegumes do Nascimento.

Em outros termos, refletimos sobre o que significa discutir a ditadura hoje, com as condições de produção, de possibilidade e de constituição de emergência nos dias de hoje, pois mesmo a capa de *O Pasquim*, se discutida no tempo da ditadura teria uma análise diferente, pois significaria diferente falar de/contra ditadura em uma época de ditadura.

Pudemos observar que a vontade de verdade de hoje é a de que a democracia prevaleça e discursos que vão na contramão a essa visão representam um movimento de resistência. Assim como a vontade de verdade do tempo da ditadura era que não se criticasse o governo e discursos de

contrários a isso representavam um movimento de resistência. Também vimos que jurídico representa e institui-se como um poder nesta trama de táticas de resistência, pois que, a partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), tem-se o artigo da lei como um “dispositivo” de punição, caso haja um desacordo em cumprir a Lei. Esta aparece como um contrato com a verdade, verdade esta de um momento histórico onde os direitos humanos foram violados. Neste sentido, o saber atua como um lugar que faz de uma vontade de verdade, a verdade histórica.

Não se trata de um discurso secreto a ser revelado por meio de interpretações, mas sim da análise de seu funcionamento, dos micropoderes que atuam nos discursos e que só são evidenciados por meio das análises. Assim, percebemos que as condições de produção, a memória social e a historicidade estão presentes tanto no discurso do jornal *O Pasquim* em 1973, como na declaração do militar em 2014. Vemos que este discurso teve condição de emergir em meio à ditadura e em meio à democracia, porque os dois poderes estão e sempre estiveram nos diversos âmbitos sociais, em toda e qualquer sociedade e em qualquer época. Por isso, tratar de uma história seriada que tem sua unidade na dispersão, permite entender que a história do presente se faz na emergência do dizer como uma condição de possibilidade de perceber os mecanismos e funcionamentos do poder que se dá em rede e trava lutas de resistências em um conjunto que institui a verdade como um efeito.

Diante do posto, a relação ditadura *versus* democracia se constitui de fatos históricos que se dão num arquivo do passado e do presente, fazendo com que este passado ressoe no presente presentificando a própria história num feixe de relações, entendendo, assim, que a genealogia enquanto tática nos permite ver, na história serial proposta por Foucault, como se dão questões de cunho local e, ao mesmo tempo, mundial, tendo em

vista que a violação aos direitos humanos, mesmo na paz, trava uma guerra silenciosa e se dá como uma resistência a uma vontade de verdade de uma época de uma dada sociedade.

portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=57151&secao=espaco&request_locale=es>. Acesso em: 10 out. 2019.

REFERÊNCIAS

Submissão: 23 de outubro de 2019.

Aceite: 14 de novembro de 2019.

BUZALAF, M. N., **A censura no pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 220 p. 2009.

CNV (Comissão Nacional da Verdade). Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

FERNANDES, M. **O lobo e o Cordeiro**. Disponível em: <https://lainsignia.org/2004/mayo/cul_066.htm>. Acesso em: 07 nov. 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso de Michel Foucault**. Tradução Adalberto de Oliveira Souza. Apontamentos nº 29. Universidade Estadual de Maringá, 1995.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 18. ed. Organização, Introdução e Revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda. 1979. p. 1-14, p. 69 -78 e p. 167-179.

MENDES, P. **'Se virem. Não colabore com inimigo', diz militar à Comissão da Verdade**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/09/se-virem-nao-colabore-com-inimigo-diz-militar-comissao-da-verdade.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015 (2014).

O Pasquim. Nº 73 – Rio de Janeiro, de 11 a 17 de novembro de 1969. Disponível em: <<http://>>